



22867307



08084.001885/2022-15



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2023

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, Anexo II, sala 612, em Brasília – DF, CEP 70064-900, neste ato representado pela Coordenadora Geral de Licitações e Contratos, **Sra. ANA PAULA DE OLIVEIRA SILVA**, nomeada pela Portaria nº SE/MJSP nº 641, de 10 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2023, portadora da matrícula funcional nº 1745212, e pelo Coordenador Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - Substituto, **Sr. BRUNO CRESCENTOR DE PAIVA**, nomeado pela Portaria nº 355, de 08 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2017, portador da matrícula funcional nº 1793069, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 23/2022**, publicada no Diário Oficial da União de 07/12/2022, processo administrativo nº 08084.001885/2022-15, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de equipamentos eletroeletrônicos para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 23/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

TOMADA AUDIOVISUAL LTDA CNPJ nº 07.139.780/0001-02 ENDEREÇO: Av. Geremário Dantas, 807 sala 609 Pechincha – Rio de Janeiro – RJ CEP: 22743-011 FONE: (21) 2233-2988 E-mail: marcelo@tomada1.com.br REPRESENTANTE LEGAL: Marcelo Marques de Sousa CPF nº 681.393.067-20					
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
3	10	Câmera fotográfica DSLR 10.1. Full Farme DSLR 10.2. Zoom óptico: 1 x 10.3. Tamanho da tela: 3 polegadas 10.4. Abertura de diafragma: 5.6 f 10.5. Tecnologia de conexão: Wi-Fi, NFC 10.6. Dimensões do produto: 7.37 x 14.48 x 11.18 cm; 1.56 Kg 10.7. Peso do produto: 1.56 kg 10.8. Formatos de arquivos 10.8.1. Imagens: JPEG, RAW 10.8.2. Vídeos: MJPEG, MOV, MP4, MPEG-4 AVC/H.264 10.8.3. Audio: AAC 10.9. Formato de cartão 10.9.1. SDXC / SDHC /SD 10.10. Estabilizador de imagem digital, 5 eixos 10.11. Resolução de arquivos 10.11.1. 1920 x 1080p at 23.98, 29.97, 59.94 fps 10.11.2. 1280 x 720p at 29.97, 59.94 fps 10.12. Sensibilidade de ISO (Vídeo) 10.12.1. Auto, 100 - 25600 10.13. Entradas 10.13.1. 1/8" Microfone, Canon N3, HDMI C (Mini), Mini-USB, USB 2. 10.13.2. Modelo de referência: Canon EOS 6D Mark II Marca CANON Modelo EOS 6D MARK II CORPO	un	1	9.618,50
	11	Bateria 11.1. Amperagem: 2130mAh 11.2. Tipo: Lítio-íon Recarregável 11.3. Tensão de sída: 7.2V 11.4. Modelo de referência: Canon LP-E6NH MARCA CANON MODELO LP-E6NH	un	2	752,00
	12	Lente 24-70mm 12.1. Para sensor Full Frame 12.2. Distância Focal: 24 - 70mm 12.3. Montagem tipo EF 12.4. Abertura: mínima - Abertura máxima: f/2.8 - 22 12.5. Modelo de referência: Canon EF 24-70mm f/2.8L II USM MARCA CANON MODELO EF 24-70MM F2.8L II USM	un	1	10.017,00
	13	Lente 70-200mm 13.1. Para sensor Full Frame 13.2. Distância Focal: 70 - 200mm 13.3. Montagem tipo EF 13.4. Abertura: mínima - Abertura máxima: f/2.8 - 22 13.5. Modelo de referência: Canon EF 70-200mm f/2.8L IS III USM MARCA CANON MODELO EF 70-200mm f/2.8L IS III USM	un	1	11.630,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Marques de Sousa, Usuário Externo**, em 14/02/2023, às 12:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CRESCENTI DE PAIVA, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - Substituto(a)**, em 17/02/2023, às 11:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Oliveira Silva, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 17/02/2023, às 11:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **22867307** e o código CRC **24985B59**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
